

# A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Cap Art  
A. MACHADO DE PAIVA  
Instrutor da EsIE

*“Se os teus projetos são para um ano, semeia o grão  
Se são para dez anos, planta uma árvore.  
Se são para cem anos, instrui o povo.  
Semeando uma vez o grão, colherás uma vez.  
Plantando uma árvore, colherás dez vezes.  
Instruindo o povo, colherás cem vezes.”*

KUAN-TZU

## 1 — Introdução

“Para as sociedades, como para os homens, não há nascimento sem desafio. O progresso é uma batalha, tal como a vida é um combate. Essas evidências nunca foram perdidas de vista, porque a história das sociedades humanas, até ao presente, mal se distinguem da história militar”. Com essas palavras, Jean-Jacques Servan-Schreiber inicia o capítulo onde expõe, com raro brilhantismo, as conclusões a que chega no seu mundialmente famoso livro “O Desafio Americano”.

Tal assertiva é também e sobremaneira válida para o problema maior que está a exigir no nosso país, há longo tempo, solução definitiva e coerente, problema que ultrapassa seus limites naturais e entra no próprio campo da Segurança Nacional.

Falar-se em história da educação brasileira significa, em verdade discorrer sobre a própria história nacional, já que ela não se define em termos autônomos, mas, muito pelo contrário, se apresenta como junção de inumeráveis aspectos da vida coletiva. Há que situá-la em um sistema político, em uma organização econômica, em uma estrutura religiosa, em um processo natural que lhe explique a origem e o destino, as condições de existência, continuidade e aperfeiçoamento.

Se há, nos dias atuais, um problema de capital importância a desafiar a inteligência e a capacidade do governo, este problema, este desafio, aos brasileiros é, sem sombra de dúvidas, o desafio da educação. E julgamos que uma compreensão nítida desse desafio e das possíveis soluções que comporte, encontra-se na compreensão e no estudo de suas raízes mais profundas e, em particular, na

evolução histórica da educação no Brasil, principalmente no período monárquico, quando se inicia como um processo regulador dos valores que devam subsistir ou mudar, segundo as novas condições impostas pela vida social.

Nos seus termos mais amplos, o problema da educação nacional é substancialmente político-social. E só através de uma visão da evolução histórica do país, particularmente no período compreendido entre 1808 e 1889, com suas naturais heranças da época colonial, e conseqüências inevitáveis na República, poderemos partir para soluções em bases realísticas e realmente válidas para o Brasil.

## 2 — Aspectos Gerais

### 2.1 — *Fundamentos geográficos*

“A base territorial de nossa nacionalidade como condição instrumental de seu povo e de suas instituições apresenta certas características que contribuem para a existência de uma civilização brasileira na América Latina”, afirma Alceu Amoroso Lima em uma brilhante análise sociológica.

Realmente, apresentando fronteiras naturais que explicam até certo ponto a nota característica de nossa formação histórica, formam essas lindes uma moldura natural, dentro do qual se levanta um planalto, o mais antigo do continente, que corrige, em grande parte, pela altura, a inclemência do clima tropical.

Sua enorme extensão cria para o país zonas geográficas distintas, exigindo do homem um esforço de adaptação considerável.

A Serra do Mar que se estende praticamente do Cabo de S. Roque (Rio Grande do Norte) à Lagoa dos Patos (Rio Grande do Sul), ora se aproximando da costa atlântica ora dela se afastando, mas sempre acompanhando-a como uma muralha entre o mar e o interior do país, constituiu, no início da ocupação e povoamento do Brasil sério obstáculo à penetração para o Oeste. Limitou-se o povoamento, por isso, durante mais de um século, à faixa entre a montanha e o mar. Por outro lado, a arrancada para o Oeste empreendida no século XVII, através das bacias do Amazonas e do Prata e a descoberta do ouro e pedras preciosas no século seguinte, em Minas, Goiás e Mato Grosso, tornou vasto o país e fez surgirem civilizações esplêndidas para os padrões da época, no interior, mas de natureza efêmera, sem a fixação que conduz à prosperidade e ao progresso constantes.

Os fundamentos geográficos contribuíram, destarte, para a má distribuição da população, o que constitui, não há como negar-se, fator negativo para a evolução equilibrada e homogênea do país.

### 2.2 — *Fundamentos históricos*

A evolução social e econômica do Brasil está inexoravelmente prêsã às contingências do seu descobrimento, às particularidades da ocupação e povoamento do território e ao seu desenvolvimento político.

Descoberto em 1500, só trinta e dois anos depois, trata a coroa portuguesa de estabelecer na cos-

ta brasileira um núcleo permanente de população. A tentativa das Capitânicas Hereditárias, dois anos depois, deixou, embora com resultados gerais muito fracos, sólidamente instalados no litoral, três importantes pontos de apoio para a futura conquista e ocupação do Brasil. São Vicente, Salvador e Pernambuco, de modo que, pouco mais de um século após, o meridiano de Tordesilhas já havia sido definitivamente empurrado até o sopé dos Andes. Para isso foram fatores básicos não só a Reunião das duas coroas Ibéricas de 1580 a 1640, como também, o desinteresse da Espanha pelo litoral atlântico, a extraordinária Rêde hidrográfica do Amazonas e do Prata, a obra desenvolvida pelos Jesuítas, a obediência e respeito dos súditos portugueses na América às ordens de Portugal, a par do espírito ambicioso, intrepidez e coragem do lusitano. Assim, o segundo século de nossa história é o grande século do período do Brasil-Colônia. Expandem-se os portugueses, integrando o domínio pela conquista de todo o litoral até o Amazonas e para oeste através do inolvidável trabalho dos bandeirantes. A terra é defendida contra as pretensões de outras potências, em particular franceses e holandeses, iniciando-se a formação do nosso espírito nacional, através de suas primeiras manifestações. O século que se segue pode muito bem ser chamado o século do ouro, com a descoberta das minas que faz cessar o movimento das grandes bandeiras, levanta o espírito dos colonos e faz aparecer imperioso o sentimento da terra e as primeiras aspirações formais de inde-

No século XIX, iniciado com a vinda da família real para o Brasil e suas conseqüências de tão grande importância política, terão lugar os grandes acontecimentos que, passando por Pedro I e Pedro II, culminarão com as reformas políticas e sociais e o advento da República.

### 2.3 — O homem e as instituições

É de todo oportuno, agora, vistos já os fundamentos geográficos e históricos, que tracemos, ainda que em largas pinceladas, um quadro geral do homem brasileiro, suas características psico-sociais, e das instituições principais nas quais êle se vem amparando através da nossa história.

Ainda que concordando com Antônio Callado quando afirma que "não se cristalizou a figura do brasileiro, nem de longe, como se cristalizou a do francês, do inglês, do americano ou do russo", não se poderá negar que, em média, e como resultado do pluralismo étnico e cultural que ocorreu com tôda a América Latina, o homem brasileiro, resultante de uma tríplice miscigenação, não formando ainda uma raça brasileira, do ponto de vista biológico, apresenta como qualidades, segundo Amaro Lima, o espírito de conciliação e bondade, o sentido doméstico, o amor à cultura, a qualidade de aprender, a polidez, a docilidade e a habilidade, qualidades essas que contrabalançam nossos defeitos de superficialidade, imprevidência, inconstância, amadorismo, precocidade exagerada, sentimentalismo, impaciência e fragilidade orgânica.

No que tange às instituições, o Brasil partiu de uma civilização tipicamente institucional, na direção de uma civilização predominantemente individualista em que a tendência libertária teve nítida vitória sobre a pressão das instituições primitivas, bem como todas as formas de autoritarismo.

Da nossa estrutura social, predomina a família, influenciada pela religião católica, "primeira instituição que se implantou no Brasil, partindo de uma base lusitana para se adaptar a algumas feições que o ambiente lhe foi dando". A Pátria — como bem disse Rui Barbosa — é a família amplificada. É a família divinamente constituída, tem por elementos orgânicos, a fé, a honra, a disciplina e a benquerença. Multiplicai a célula e tendes o organismo, multiplicai a família e te-reis a Pátria".

O conteúdo institucional de nossa civilização teve sempre na família o mais forte apoio.

Partindo dessa família, a estratificação social no Brasil tem acompanhado os diversos ciclos da nossa evolução econômica. A sociedade, em princípio, constituiu-se em função da propriedade rural, com um regime patriarcal baseado no latifúndio, surgindo os grandes proprietários de um lado e os trabalhadores servís, do outro. Com a mineração desenvolveu-se a vida urbana, favorecendo o aparecimento da pequena burguesia. O café expandiu a urbanização e fortificou a classe média, permitindo ainda a capitalização necessária ao parque industrial, fazendo surgir o ciclo da industrialização, e corporificando o apa-

recimento da pequena burguesia que se transformou em força ponderável ao lado da classe média.

#### 2.4 — *A educação no Período Colonial*

A história da educação no Brasil inicia-se em 1549, com a chegada dos padres jesuítas, que lançam as bases de um vasto sistema educacional que se expande gradativamente com a própria expansão territorial da colônia.

Por mais de dois séculos foram quase os únicos educadores do Brasil, formando a grande maioria de um quadro educacional que se completava com algumas iniciativas escolares de franciscanos, beneditinos e carmelitas, além de quatro seminários episcopais fundados na primeira metade do século XVIII e mais duas Escolas de Artilharia.

Onde quer que existissem conventos, lá surgiam as chamadas escolas elementares onde, afora os índios, eram instruídos os filhos dos colonos. Desagregavam a cultura nativa graças à sua substituição pelas idéias que incutiam, encontrando nos senhores de engenho, por outro lado, cuja autoridade se exercia não só sobre os escravos como sobre suas esposas e filhos, a única força que se opunha a sua ação educadora.

Moldada pela metrópole, a educação jesuítica caracterizou-se por ser humanista por excelência, dando ênfase às atividades literárias e acadêmicas, em detrimento das atividades técnicas e científicas. Tal fato trará para a educação no Brasil conseqüências que perderam, infelizmente para nós, até hoje.

A educação no Brasil-Colônia era permitida por Portugal com um único objetivo: Assegurar a submissão total da colônia e tal objetivo era plenamente atingido através da educação dos jesuítas que davam grande importância ao respeito à autoridade.

Na primeira metade do século XVIII, quando o trabalho educacional dos jesuítas atingia sua maior expansão, o Papa Clemente XIV decretou a extinção da Companhia de Jesus, acusada de desvirtuar a Ordem e ambicionar poder e riqueza. Assim, em 1759, no reinado de D. José I, sendo Ministro o Marquês de Pombal, foram os jesuítas expulsos de todos os territórios portugueses. Para o Brasil tal fato deu em consequência, a criação de uma grande lacuna no ensino. Contávamos, então, com 200.000 habitantes, esparsos em povoados de fraca população e as providências tomadas para preencher o vazio aberto tardaram 13 anos.

Lentamente surgiram escolas leigas e públicas e tão lentamente surgiram que, em 1777, em todo o território, eram apenas 42. No grau médio instituíram-se as chamadas aulas-régias, escolas de disciplinas isoladas como gramática latina, grego e retórica. O currículo continuava destarte, humanístico por excelência.

Até a transferência da Córte Portuguesa para o Brasil o que há, portanto, é um período de desagregação e decadência, embora se possa registrar uma inovação em 1800, com o Seminário de Olinda, com nova direção realista que representa a primeira repercussão no Brasil da reforma universitária

registrada em Coimbra e das idéias liberais da filosofia irradiada pela França.

## 2 5 — *O Legado de D. João*

A fim de prover as necessidades que a mudança da Córte criava, modificou-se com o Príncipe Regente a política educacional do governo lusitano. Fundaram-se a Academia Real de Marinha (1808) a Academia Real Militar (1810) hoje denominada Academia Militar das Agulhas Negras, cursos médico-cirúrgicos na Bahia (1808) e no Rio de Janeiro (1809) além de cursos de agricultura, química, economia política. Criou-se a Imprensa Régia (1808), o Museu Real (1818), o Jardim Botânico (1810), a Biblioteca Pública (1810). Também deixou traços marcantes em nossa cultura a vinda de uma Missão Artística Francesa (1816) cuja principal consequência foi a fundação em 1820 da atual Escola Nacional de Belas Artes.

Nasceu assim, em nosso país, o ensino superior, pelo menos no Rio e na Bahia, embora o resto da Colônia continuasse mergulhado no mesmo atraso anterior.

O regresso de D. João para Portugal, em 1821, deu origem a uma contramarcha para o regime colonial, que os brasileiros não tolerariam com o desenlace de 7 de Setembro.

## 3 — *A Educação no Império*

### 3.1 — *Generalidades*

Com a proclamação da Independência e a fundação do Império em 1822, iniciou-se para o Brasil um novo período para a história da educação nacional.

O Império começava sua vida, herdando, já o vimos através dos fundamentos históricos e geográficos e das características psicossociais do homem brasileiro e das suas instituições, um território imenso, com uma população de quatro e meio milhões de habitantes, de espírito nitidamente libertário, onde a influência religiosa, particularmente a dos jesuítas, se fazia sentir intensamente.

As bases educacionais da nação eram as que nos havia legado o período colonial, com seus pontos positivos e negativos, enquanto a tradição do ensino, excessivamente literário, só com as escolas criadas em 1808 começaria a ser rompido.

Será, portanto, partindo desse nanorama geral que procuramos esboçar, aliado às novas idéias pedagógicas surgidas com a Revolução Francesa, em particular a muito em voga educação popular, que a Assembléa Constituinte irá iniciar seus debates sobre tão grave problema nacional.

### 3.2 — *As primeiras leis sobre educação*

Ainda em 1822, a Assembléa Constituinte, através da lei que na prática nunca chegou a ser eficiente, estabelecia que se criassem escolas primárias em tôdas as cidades, vilas e povoados e estabelecimentos secundários nos locais com maior população. Criaram-se também, nessa época, cursos de Direito no Convento de S. Francisco, em São Paulo e no Mosteiro de S. Bento, em Olinda, que viriam a exercer importante papel na vida cultural do país.

O ensino primário, privilégio até então do Estado, com a Lei de 20 de outubro de 1823, ficaria livre, a par ainda de, indiretamente, solicitar à iniciativa privada o esforço de colaboração que viesse complementar as grandes deficiências do ensino público. Um sistema de educação nacional, entretanto, só surgiria em 1827. Pela Lei de 18 de outubro desse ano, as escolas seriam separadas quanto ao sexo das crianças, os professores seriam vitalícios, ingressando no magistério por concurso público e percebendo vencimentos entre duzentos e quinhentos mil réis ... por ano.

O currículo era composto, basicamente de:

- Leitura
- Linguagem
- Aritmética (quatro operações, decimais e proporções)
- Geometria prática
- Moral e doutrina cristã.

Para texto de leitura usar-se-iam a Constituição de 1824 e compêndios de história. Nas Escolas para meninas, ao invés de geometria, aparecia as "prendas que servem à economia doméstica".

Já que falamos na Lei Magna outorgada em 1824, que dizia ela sobre o problema da educação? Muito pouco.

O item 32 do artigo 179 declarava: "A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos". O item 33 do mesmo artigo afirmava: "Nos colégios e universidades serão ensinados os elementos das ciências, belas-artes e artes".

A lei de 15 de outubro, portanto, veio, não complementar, mas prã-

ticamente instituir as bases da educação. Pena que tenha sido cumprida muito precariamente, principalmente pela dificuldade de realmente atingir todos os núcleos de povoamento amplamente dispersos por um país de tão grande extensão territorial e onde a formação do professorado era nitidamente deficiente. A primeira escola normal foi a de Niterói, fundada em 1830; só em 1836 criou-se a da Bahia, em 1839 a do Pará, em 1845 no Ceará, em 1870 no Rio Grande do Sul, em 1876 em Mato Grosso, em 1881 em Goiás. Não é de surpreender, portanto, que quarenta anos após sua publicação, de uma população de 1.200.000 crianças em idade escolar primária, somente da ordem de 100.000 tivessem sido matriculadas.

### 3.3 — *A educação durante a Regência*

Merece destaque especial a história da educação brasileira durante os inquietos nove anos da Regência (1831-1840), já que é nesse período que ocorre, com o chamado Ato Adicional de 12 de Agô de 1834, o acontecimento que determinou efeitos mais duradouros e amplos. O parágrafo 2.º do artigo 10 estabelecia que as Assembleias Provinciais, cujas decisões tinham força de lei, poderiam legislar "sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral".

Ocorreu, destarte, uma quebra de unidade no sistema educacional, em formação desde D. João, descentralizando-se o ensino básico, que passou a contar com dois sistemas, o federal e o provincial, ambos necessariamente incompletos pois ao primeiro faltava o apoio das escolas primárias e secundárias e ao segundo o complemento das escolas superiores. Acrescente-se, ainda, que predominou uma interpretação errônea, segundo a qual a educação elementar se tornaria privativa das províncias, cabendo ao governo central o ensino secundário e superior. Decorre daí o debate, até hoje existente, entre centralizadores e descentralizadores da administração do ensino, predominando nos dias de hoje a tendência descentralizadora, com resultados ainda não muito positivos.

Durante êsse período, os cursos médico-cirúrgicos da Bahia e do Rio de Janeiro se estruturaram em Faculdades (1832), as Academias Militar e Naval se fundem em 1832 para se separar no ano seguinte, o famoso seminário de Olinda se transforma em Colégio Preparatório de Artes e o antigo Seminário S. Joaquim que se fundara com o nome de S. Pedro, em 1739, transforma-se em estabelecimento imperial de grau médio para constituir o tradicional Colégio Pedro II, em 2 de dezembro de 1837.

### 3.4 — *A educação durante o II Reinado*

Embora o Imperador Pedro II tenha estimulado, pessoalmente, e sob várias formas as ciências, letras e artes do país, facilitando

viagens de estudantes ao exterior, custeando instituições culturais e publicando diversas obras, sua política educacional no governo não esteve, nunca, em harmonia com sua atitude pessoal. O governo que se inaugurou com a Maioridade, continuou baseando-se na orientação ditada pelo Ato Adicional a que já nos referimos, limitando as suas atividades ao Município Neutro e deixando às províncias a responsabilidade pelo ensino elementar. A rigor, o Colégio Pedro II foi a única instituição cultural fundada durante o Império (já o vimos, durante a regência, em 1837) e reformado em 1841, com o desenvolvimento do ensino de línguas vivas (francês e inglês), incremento do latim, que passou de 4 para 7 anos, surgimento do estudo de alemão, enquanto reduzia-se o estudo das ciências de quatro para três anos.

Tais modificações apenas serviam para mostrar a grande influência que o ensino de humanidades, desenvolvido pelos jesuítas, à luz de Coimbra ainda exercia (e exerce) na educação brasileira. Além disso, o regime escravista em que o trabalho manual era considerado desonroso, desprezava o ensino técnico e descuidava da instrução popular, dando grande ênfase à educação literária e retórica das elites.

Na Côte, o ensino primário era obrigatório, com matrícula entre 5 e 15 anos de idade, vedada aos escravos, compondo o currículo a instrução moral e religiosa, leitura e escrita, gramática, aritmética, sistemas de pesos e medidas, com bordados e trabalhos de agulha para as meninas, podendo ain-

da ser acrescido de história e geografia. Estudavam-se, ainda, princípios de ciências físicas e naturais, percebendo um professor entre 10000\$000 e 1400\$000 por ano.

A evolução da educação prosseguiu lenta, registrando-se apenas a reforma de Luiz Pedreira de Couto Ferraz que, restringindo-se apenas às escolas da capital do Império, não teve muita importância na evolução da educação nacional.

Em 1848 é fundado pelo maestro Francisco Manuel da Silva, o Conservatório Nacional de Música, atual Escola Nacional de Música. Em 1842, após 83 anos de ausência, retornavam ao Brasil os jesuítas que fundam colégios em São Paulo e Rio Grande do Sul. No ensino superior, o fato marcante foi o desdobramento da Escola Militar, em Escola Central e Escola Militar de Aplicação. Na primeira existiam dois ciclos, um de matemática e ciências físico-naturais e outro de engenharia civil. Os alunos que se destinavam à carreira das armas deveriam cursar o primeiro ciclo da Escola Central indo depois para a Escola Militar de Aplicação. Os que seguiam os dois ciclos eram diplomados engenheiros civis.

Em 1864 era esta matrícula no ensino superior e secundário:

Faculdade de Direito ..	—	826
Faculdade de Medicina —		294
Escola Central .....	—	154
Escola Militar e de		
Aplicação .....	—	109
Ensino Secundário ...	—	8.600

Ao final da Guerra do Paraguai, com uma população de 8,5

milhões de habitantes, contávamos com 3.500 escolas primárias públicas.

O declínio do Império após a Guerra da Tríplice Aliança com a efervescência de novas idéias, no Brasil e no mundo, teriam forçosamente de criar reflexos na educação. "A filosofia católica e coletiva, que eram dominantes, recebem o impacto do pensamento comtiano e das idéias evolucionistas. Ao romantismo literário vão suceder o naturalismo e a poesia parnasiana. Em vez de José de Alencar, Aluísio de Azevedo. Em vez de Gonçalves Dias, Raimundo Correia... E a opinião pública é agitada por episódios que empolgam: A questão religiosa, as reformas eleitorais, a campanha da abolição; enfim, a questão militar. Os últimos vinte anos da monarquia são efervescente, de imprevistos, de renovação, de contrastes".

Os principais fatos poderão ser assim sintetizados:

- Em 1833 reúne-se um Congresso de Instrução que examina as necessidades nacionais e formula planos de ensino para o Brasil, em todos os graus.
- Em 1880 funda-se a Escola Normal da Côrte.
- Reformas de ensino pelo ministério que governa de 1871 a 1876, presidido pelo Visconde de Rio Branco.
- Influência dos métodos norte-americanos de ensino, com a fundação da Escola Americana (1870), Mackenzie College (1880), Colégio Americano (1885), em Pôrto Alegre.

- Criação da Escola Politécnica e de Minas de Ouro Preto.
- A Escola Central se desliga definitivamente da Escola Militar, em 1874 dando origem a atual Escola Nacional de Engenharia.
- Reforma de Carlos Leoncio de Carvalho, com a qual transformam-se os órgãos de administração do ensino e que estabeleceu normas para o ensino secundário e superior em todo o país.
- No ensino secundário, desaparecia a antiga proibição quanto aos escravos sofrendo o currículo alterações e aparecendo os Jardins de Infância.
- É autorizada a existência de faculdades superiores livres, desde que ensinem o mínimo de matérias das faculdades oficiais e mediante a inspeção anual de comissários. Não será preciso ser aluno de uma faculdade para prestar exame; bastará requerê-los.

Malgrado todos os impulsos renovadores desse período, a educação popular continuou deficiente. Em 1888, com uma população de 14 milhões de habitantes, a matrícula nas escolas primárias não passava de 250.000 alunos, ou seja da sétima parte da população na idade escolar.

A última criação escolar da Monarquia foi o Colégio Militar, em 1889. Nesse ano, ainda, o Imperador sugeria a criação de um Ministério da Instrução, de escolas técnicas, universidades, faculdades de ciências e letras. Tais instituições só apareceriam com a República, muito lentamente a ponto de as faculdades de Filosofia só

apareceram 50 anos depois da última fala do trono.

#### 4 — Conclusões

Com a proclamação da República, a política educacional não se modificou, pelo menos até a 1.ª Guerra Mundial. O positivismo influenciou as novas gerações de oficiais formados pela Escola Militar, enquanto a separação entre a Igreja e o Estado relegou a influência do Clero a segundo plano.

No ensino secundário, as transformações econômicas e a expansão dos centros urbanos, após o 1.º conflito mundial, abriram caminhos para a reforma iniciada com Antônio Sampaio Dória em 1920.

A revolução de 1930, facilitando a circulação de idéias novas, deu origem ao Ministério da Educação e Saúde, reorganizou o ensino secundário, criando em 1934 a primeira universidade em São Paulo.

A Carta Constitucional de 1937 manteve-se com o caráter gratuito e compulsório do ensino primário, preocupando-se sobretudo, com a instrução vocacional. Daí em diante, só em 1946 foram fixadas as bases para um novo sistema educacional. Em 1948 foi apresentado um projeto de Diretrizes e Bases de Educação Nacional que, exaustivamente debatido, foi abandonado em 1957. Finalmente em 1961 o Congresso aprovou um terceiro substitutivo.

Assim, o sistema educacional brasileiro, a partir da descentralização estabelecida pelo Ato Adicional de 1834, evoluiu no sentido de outra centralização que se consubstanciou com a criação de um Ministério de Educação e o próprio substitutivo Carlos Lacerda apenas se limitou a regulamentar, com algumas inovações, o sistema em vigor no país.

A educação hoje mais do que nunca, em um mundo que evolui em um ritmo nunca dantes conhecido, é um problema nacional que está a exigir soluções nacionais e urgentes. Sua finalidade, já muito bem disse Jacques Maritain "é a de guiar o homem no dinamismo crescente, por meio do qual ele se torna uma pessoa humana, dotada de conhecimentos, de capacidade julgadora e virtudes morais". Tais objetivos só serão atingidos, só serão obtidos a plasmação das atitudes, a formação do caráter e a formulação de uma filosofia de vida compatíveis com as nossas características psicossociais, se o problema fôr estudado e analisado, partindo-se de um hoje, que se alicerce no núcleo formador do problema, sem dúvida encontrado na época do Império.

Somente embalados nos conhecimentos da história, particularmente da monarquia onde nasceram as tendências positivas e negativas do problema, poderemos obter as vitórias do presente e do futuro.

#### B I B L I O G R A F I A

- BRASIL HOJE — Afonso Arinos e Antônio Callado. Enciclopédia Bloch n.º 12 — Abril de 1968
- ELEMENTOS BÁSICOS DA NACIONALIDADE — As Instituições. — Prof Manuel Diégues Júnior — A Defesa Nacional n.º 620 — Jul/Agº 68

- 
- CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEFASAGEM, NO BRASIL, DA FRONTEIRA ECONÔMICA, EM RELAÇÃO A GEOGRÁFICA — Cel Tasso Villar — EsIE
  - A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA — Guerra Revolucionária — Equipe da EsIE — 1968
  - INTERPRETAÇÃO DOS INTERESSES E ASPIRAÇÕES DO POVO BRASILEIRO — Análise Sociológica — Alceu Amoroso Lima — Revista Brasileira de Geografia — Jan/Mar de 1964
  - A POPULAÇÃO LATINO AMERICANA — 1.<sup>a</sup> PARTE — Gen Flamarion Barreto Lima — EsCEME — 1967
  - EVOLUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO IMPÉRIO — A Abolição e a República — Ten Cel Ney R. Rezende — EsCEME — 1967
  - CONSTITUIÇÕES DO BRASIL — Organização de Fernando Mendes de Almeida — Edições Saraiva — 1961
  - A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO IMPÉRIO E REPÚBLICA — Prof Raul Bitencourt — Jornal do Comércio — 1953
  - HISTÓRIA DO BRASIL — Rocha Pombo — Ed Melhoramentos — 1958
  - A EDUCAÇÃO NACIONAL — Prof Lourenço Filho — DIP/1942
  - EDUCAÇÃO NO BRASIL — Enciclopédia Barsa — 1968
  - O DESAFIO AMERICANO — Jean-Jacques Servan-Schreiber — Bib Exército — 1968
  - ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL DE ADOLESCENTES — Maria Junqueira Schmidt — Mensário de Cultura Militar — 1961
  - POMBAL, OS JESUÍTAS E O BRASIL — Ignácio José Veríssimo — 1961
  - EDUCAÇÃO — Diagnóstico Preliminar — EPEA — 1966
  - RUMOS DA EDUCAÇÃO — Jacques Maritain — Agir Editôra — 1959